

FTIGESP NEWS // Audiência pública expõe fragilidade do PL da Privatização de Dória

, 17 Abril 2019 - 11:46:00

Unidade e organização dos trabalhadores de seis empresas estaduais, a exemplo da Imprensa Oficial (Imesp), apoiados por vários deputados na 2ª audiência pública sobre o PL do governador, expõe perigos do projeto

Enquanto representantes do governador não mostraram dados e nem os benefícios práticos para a sociedade paulista com o Projeto de Lei (PL 01/19), batizado de PL da privatização e/ou a extinção de seis empresas públicas, os trabalhadores conseguiram provar a relevância e qualidade do serviço público oferecido pelas empresas, várias até superavituadas. Não à toa que receberam apoio de bancadas de deputados durante a 2ª audiência pública na Assembleia Legislativa de SP. Os servidores ainda se mostraram conscientes de seus papéis em defesa do serviço público de qualidade e dos 3 mil postos de trabalho dessas empresas. Lotaram o auditório da Paulo Kobayashi da Alesp, local da audiência na terça-feira (9). A Federação Paulista Gráfica (Ftigesp) e o Sindicato da classe na capital (STIG) já engrossaram a organização das categorias envolvidas.

Diante da fragilidade dos argumentos genéricos dos representantes do governo, um requerimento parlamentar foi feito convocando João Dória. "Ele mesmo que tente explicar numa nova audiência se há benefício em fechar ou repassar à iniciativa privada as empresas que são patrimônio do povo e oferecem serviços indispensáveis e com baixo ou zero custo para a sociedade, como o material didático das escolas públicas feito pela Imesp", diziam. Deputados presentes até se colocaram contrários ao PL, mesmo ainda em tráfego inicial na Alesp. Ficou exposto que o PL, muito genérico e escrito em poucos parágrafos, é um "cheque em branco" que Dória quer dos legisladores para destruir o patrimônio público das empresas ao repassá-las para a iniciativa privada, característica comum do PSDB em SP, onde se verificou no escândalo conhecido por Privatária Tucana.

Um exemplo demonstrado na audiência foi o questionado sobre como o governo pensar em acabar/fundir com a Prodesp, empresa que em 2018 quase duplicou seu faturamento, de R\$ 530 milhões para R\$ 1 bilhão, como demonstrou Pedro Saldanha, funcionário da empresa desde 1987. E que há duas décadas já realizou 578 milhões de atendimento ao povo do estado, através de serviços dos Poupa Tempo e outros programas, estes responsáveis pelos dados pessoais e a emissão de documentos.

Nem estes ou os demais serviços de patrimônio público feitos pela Prodesp e as demais empresas ameaçadas pelo PL, como a Imesp que produz livros às escolas e que dá transparência às ações do governo através do Diário Oficial, podem ser transferidas para a iniciativa privada que visa somente o lucro com os negócios. Haverá assim conflito de interesses e perderá a sociedade com queda na qualidade dos serviços e os custos; perderá o Parlamento que terá diminuído seu papel de fiscalizar o Poder Executivo e perderá a economia do estado, que precisará desembolsar mais pelos serviços públicos privatizados. Em síntese, este foi o recado de Cláudio Soares na audiência. Ele é jornalista da Imesp há 23 anos.

"Apesar disso, o PL tramita em caráter de urgência", denuncia Leonardo Del Roy, presidente da Ftigesp. Portanto, alerta o dirigente, embora foi positiva a audiência ao expor a fragilidade desse projeto de Dória contra o povo do estado, a luta dos trabalhadores puxada pelos seus sindicatos precisa intensificar. O STIG-SP e demais sindicatos envolvidos precisam continuar pressionando os deputados contra a privatização da Imesp, da Companhia de Processamento de Dados do Estado de SP (Prodesp), Desenvolvimento Rodoviário SA (Dersa); Companhia Paulista de Obras e Serviço (CPOS); Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) e a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de SP (Codasp)